

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA A COMPREENSÃO DA VELHICE

Clayton Washington dos Reis¹
Marilda Gonçalves Dias Facci²

RESUMO

Este artigo objetiva discorrer sobre a atividade principal da velhice, tomando como referência os pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, a partir da realização de uma pesquisa bibliográfica e entrevistas com 10 idosos aposentados. Esta escola psicológica apresenta conceitos que superam o olhar biologizante tão comum nas compreensões sobre o desenvolvimento humano, caracterizando-o como períodos que são influenciados pelas condições históricas da humanidade e marcados por atividades principais ou dominantes. A título de conclusão pode-se observar que a velhice parece ter como atividade principal o trabalho, porém, a relação que o idoso mantém com o trabalho mostra-se diferente do período da vida adulta, uma vez que, na maioria das vezes se sente desvalorizado em uma sociedade capitalista na qual as pessoas valem pelo tanto que produzem. A velhice, para os autores da Escola de Vigotski, está alicerçada nas relações sociais de produção e deve ser compreendida a partir da análise dessas relações.

Palavras-Chave: Desenvolvimento humano. Velhice. Psicologia histórico-cultural.

HISTORICAL-CULTURAL PSYCHOLOGY'S CONTRIBUTIONS TO THE UNDERSTANDING OF OLD AGE

ABSTRACT

This article aims at discoursing about the main activity in the old age, taking as point of reference, the assumptions of Cultural-Historical Psychology through the review of literature and interviews conducted with 10 retired seniors. This psychological school presents presuppositions that overcome the biological perspective, so common in the understanding of human development, which is herein characterized as periods influenced by historical conditions of the humanity marked by main or dominant activities. In a few words, it is noted that work seems to be the main activity in the old age, nevertheless, the relationship that the elderly maintain with their job is different from that one accomplished throughout adult life. In fact, most of the time they do not feel valued in a capitalist society in which people are worth at the rate of their production. The ageing process, according to Vygotsky school authors, is rooted in the social relations of production and must be understood through the analysis of these relations.

Keywords: Human development. The elderly. Historical-cultural psychology.

¹Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: cwashingtontosreis@gmail.com

²Pós-Doutora pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP). Professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: marildafacci@gmail.com.

Introdução

Ao lançarmos olhares sobre a velhice, tocamos em uma temática atual e que necessita de mais estudos, sobretudo porque os dados do censo 2010 destacou que essa faixa da população tem crescido consideravelmente no Brasil. De acordo com os dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se que o Brasil possui 191,5 milhões de habitantes distribuídos pelas 27 federações que constituem a nação brasileira. Desse número total de habitantes, a população de idosos representa cerca de 21 milhões, ou seja, 11,3% desse total. A projeção feita pelo IBGE, em 2008, era que, no ano de 2010, a população idosa correspondesse a 9,98% da população total do país. No entanto, houve um aumento de 1,32% acima daquilo que era previsto (IBGE, 2010).

Ao apresentarmos os dados do censo 2010, destacamos a urgência de se estudar essa faixa da população, tendo em vista que a população brasileira está envelhecendo. A fim de contribuir para o entendimento da velhice, predispusemo-nos a estudar tal período de desenvolvimento, compreendendo-o a partir de sua relação com os modos de produção. Nosso objetivo é discorrer sobre a atividade principal da velhice, partindo dos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. Para tanto, busca-se nas pesquisas de L. V. Vigotski (1896-1934), A. N. Leontiev (1903-1979) e D. B. Elkonin (1904-1984) subsídios que possibilitem a superação da visão naturalizante tão comumente presente nos estudos da Psicologia a respeito do desenvolvimento humano, em que o homem é visto como um ser exclusivamente biológico, psicológico e social.

O olhar mecanicista e organicista sobre o desenvolvimento humano pode ser averiguado a partir de uma pesquisa bibliográfica realizada por Reis (2011) junto à produção científica nacional sobre o tema velhice. O autor utilizou como fonte de pesquisa artigos, dissertações e teses que tratavam do tema nas mais diversas áreas e que foram publicadas no período entre 1990 e 2009. Foram encontrados 27 artigos, 24 dissertações e 12 teses. Os artigos que tratavam sobre a velhice foram agrupados em três categorias: [1] pesquisas sobre as condições físicas e de saúde do idoso; [2] pesquisas sobre suas condições socioeconômicas e culturais; [3] pesquisas sobre suas condições psicológicas.

O que se pode observar é que, de modo geral, o olhar biologizante mostrou-se hegemônico nas pesquisas e nelas a velhice aparece como uma fase natural, cuja análise encontrava-se desprendida do processo de construção social dessa fase de desenvolvimento. Também foi observado por Reis (2011) que a imagem social da velhice enquanto processo histórico parte de um modelo econômico e produtivo, que desvaloriza o desenvolvimento humano como processo dinâmico e evolutivo.

Na contramão dessas explicações, a Psicologia Histórico-Cultural busca nas bases materiais e históricas da humanidade elementos para compreender os períodos de desenvolvimento do homem, considerando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais, cuja relação dialética precisa ser evidenciada. Ademais, é preciso entender que cada período da vida só pode ser compreendido de fato se estudado à luz das relações sociais de produção que influenciam a sua existência. Ao fundamentar-se no materialismo histórico-dialético, essa escola psicológica propõe uma ciência que se caracteriza pela unidade entre o material e o psicológico, entre o pessoal e o social, tal como afirmou Vigotski (1996). É sobre essa compreensão que trataremos no artigo.

1. A periodização do desenvolvimento humano

Ao propor uma teoria da periodização do desenvolvimento humano, a Psicologia Histórico-Cultural supera as classificações etárias ou de características biológicas e psicológicas e vai buscar na raiz das relações entre os homens os meios que possibilitam esse desenvolvimento em cada momento. Assim, essa perspectiva teórica rompe com a ideia de marcha natural e universal comum às demais teorias do desenvolvimento humano, já que enfatiza as condições históricas e concretas, bem como as múltiplas formas de apropriação de tais condições que influenciam o ciclo de vida do homem (FACCI, 2004).

Facci (2004) afirma que a periodização do ciclo de vida humana, a partir da Psicologia Histórico-Cultural, é vista segundo os estágios que seguem uma sequência no tempo, porém sem ser rígida e imutável, relacionando-se diretamente aos processos históricos, sociais e culturais nos quais o homem está inserido. Elkonin (1996) pontua que, nesse sentido, o desenvolvimento humano está atrelado às condições materiais, ou seja, a partir daquilo que o homem vivencia em sua relação com o mundo externo.

Esses estágios ou períodos concretos são influenciados por novas formações (neoformações) que determinam todo o curso de desenvolvimento. Essas novas formações são entendidas como a estrutura da personalidade, que guia o processo de desenvolvimento. Então, para se compreender um determinado período de desenvolvimento, faz-se necessário uma análise, em sua totalidade, do processo de mudança da estrutura da personalidade, como afirma Vigotski (1996).

Ao se analisar o processo de mudança da estrutura da personalidade, Vigotski (1996) considera a dinâmica do desenvolvimento humano e sua passagem de uma idade a outra, no

qual ocorrem transformações que se dão de maneira cumulativa conforme o indivíduo vai se apropriando da cultura na interação com outros homens e se tornam visíveis após um lapso relativamente longo. No entanto, quando se efetivam, surgem como uma formação qualitativamente nova, demonstrando importantes transformações na personalidade. Tal passagem acontece por meio de um período de crise. Assim, o desenvolvimento humano é caracterizado por momentos estáveis e de crise que se processam em ritmos próprios, mas de maneira progressiva e contínua. Segundo Vigotski (1996), os períodos de crise são momentos de mudanças violentas e críticas do desenvolvimento humano.

Para essa perspectiva teórica, a periodização do desenvolvimento humano se dá por estágios que são caracterizados por uma atividade principal ou dominante. A atividade dominante não é exatamente aquela em que o indivíduo se ocupa por mais tempo naquele determinado período, mas sim aquela em que ocorrem outros tipos de atividades que possibilitam que “[...] os processos psíquicos particulares tomem forma ou possam ser reorganizados e da qual dependem, de forma mais íntima, as mudanças mais importantes” (LEONTIEV, 1987, p. 68). De certa forma, pode-se dizer que a atividade principal refere-se à relação que se estabelece entre o indivíduo e o meio que o cerca, que é peculiar, específico em cada idade ou estágio, constituindo-se em guia do desenvolvimento humano (LEONTIEV, 1987).

Facci (2004) considera que a atividade dominante ou principal é aquela que reflete a maneira como o homem se relacionará com a realidade naquele momento, sendo definida a partir da cultura e do momento histórico em que o indivíduo vive, ou seja, a partir das condições concretas da realidade. Assim, ao se relacionar com o mundo, o homem modifica sua realidade, mas, ao mesmo tempo, também é modificado por ela, visto que cria instrumentos para suprir determinadas necessidades e amplia seu conhecimento sobre si e sobre o mundo circundante. Pode-se dizer que foi o que aconteceu no caso do prolongamento da vida, haja vista os dados do censo 2010, realizado pelo IBGE, que aponta que o homem está vivendo muito mais tempo; os homens transformaram a natureza e, com isso, transformaram-se, criaram condições para viver mais tempo.

Ao passar de um período evolutivo ao outro e a partir dessas novas formações que não existiam nos períodos anteriores, o organismo se reorganiza e modifica o próprio curso do desenvolvimento, conforme pontuou Petroviski (1979). Dessa forma, as características de cada idade estão determinadas por um conjunto de condições, relacionadas a essas novas formações na relação dialética com as exigências do meio externo que vão se modificando conforme o indivíduo avança em termos de idade.

A passagem de um período ao outro se dá em função de uma força motriz que determina a relação de um nível de desenvolvimento com os demais (ELKONIN, 1987). Fatores internos se vinculam a fatores externos que provocam a passagem de uma fase a outra. Um exemplo dessa força motriz é observável na primeira infância, em que o vínculo da criança com a realidade é mediatizado pelo adulto. É essa mediação que permite a criança dominar certos hábitos e ampliar seu nível de comunicação, desenvolvendo a linguagem. Essas mudanças influenciam diretamente a autonomia da criança, que, por sua vez, modifica toda a sua relação com todos que a cercam. Nesse sentido, Elkonin (1987) afirma que para cada período uma nova força motriz impulsiona o desenvolvimento humano e uma nova atividade dominante se estabelece.

De acordo com o autor supracitado, as atividades dominantes podem ser divididas em dois grupos: um grupo de atividades que se relacionam no sistema criança-adulto social, que se orientam a partir da atividade humana e da assimilação de normas das relações entre as pessoas; outro grupo, que abarca as atividades que se relacionam no sistema criança-objeto social, no qual ocorre a assimilação de procedimentos de ação com os objetos.

Elkonin (1987) coloca que é importante entender que apesar de uma atividade específica ser considerada principal ou dominante em determinado período, no próximo período ela não deixa de existir, mas aos poucos vai dando lugar a outras atividades. De acordo com Leontiev (1998), a criança só supera uma etapa de desenvolvimento quando percebe que o lugar que ocupava no mundo das relações humanas não corresponde mais às suas potencialidades, assim ela toma consciência das relações sociais estabelecidas, o que gera uma mudança na motivação de sua atividade, novos motivos surgem e uma nova atividade principal ou dominante se estabelece. Cada passagem de um período a outro, cada estabelecimento de uma nova atividade principal é compreendido como uma crise. E é exatamente essa crise que delimita um período e outro, assinalando o fim de uma etapa de desenvolvimento e o começo da seguinte (ELKONIN, 1987).

Para Vigotski (1996), os períodos de crise não foram sistematizados nem incluídos na periodização geral do desenvolvimento humano pelas correntes de psicologia da sua época, já que eram considerados como enfermidades do desenvolvimento ou como desvios da norma. Diferentemente disso, Vigotski (1996) observou nos períodos de crises a possibilidade de mudanças significativas na personalidade do indivíduo.

De acordo com Vigotski (1996), existem os seguintes momentos de crise: a crise pós-natal; a crise do primeiro ano; a crise dos três anos; a crise dos sete anos e a crise da adolescência. Em função da análise empírica feita por diversos pesquisadores, somente os

aspectos negativos foram valorizados e quase nunca os aspectos positivos foram considerados para o avanço no desenvolvimento da criança. A partir disso, surgiu o seguinte questionamento: e a passagem para a velhice também não seria um momento de crise?

Para Vigotski (1996, p. 259), “[...] o desenvolvimento não interrompe jamais sua obra criadora e até nos momentos de crise se produzem processos construtivos”. Apesar de comportamentos que, às vezes, parecem inadequados para o adulto, como birras e choros, no momento de crise da criança de três anos, eles são manifestações que produzirão transformações na personalidade da criança, por exemplo.

Vigotski (1996) se volta aos aspectos positivos de cada crise, salientando que em todos esses momentos o aspecto construtivo se mostra. Na crise pós-natal, que separa o período embrionário do primeiro ano, existe a possibilidade de formação do novo, de uma nova vida; para a crise do primeiro ano, que delimita o primeiro ano de vida, vislumbra-se a aquisição progressiva da linguagem e do caminhar; na crise dos três anos, caracterizada pela forte obstinação da criança, o que se mostra como potencialidade são os traços da personalidade que vão se firmando; a crise dos sete anos, marcada pelo início da escolarização até o início da puberdade, traz como fator positivo a autonomia da criança e a mudança de atitude dela para com as demais crianças; por fim, a crise dos treze anos, marcada pela maturação sexual e pelos comportamentos de rebeldia, pode ser considerada como possibilidade ao adolescente de dar um passo em direção a uma nova e superior forma de atividade.

A fim de compreender tais formas de atividades, Elkonin (1987) identificou seis grandes grupos de atividades principais de desenvolvimento, sendo eles: comunicação emocional do bebê; atividade objetual manipulatória; jogo de papéis; atividade de estudo; comunicação íntima pessoal e atividade profissional/estudo. Vale lembrar que essas fases não são estanques, universais, mas sim que ocorrem na relação dialética entre a evolução do desenvolvimento individual de uma personalidade específica (ontogênese) e as condições histórico-sociais.

Desde as primeiras semanas de vida, a *comunicação emocional* direta dos bebês com os adultos torna-se a primeira grande atividade dominante, sendo a base para a formação de ações sensório-motoras de manipulação. O bebê vai assimilando sua relação com o mundo e para isso utiliza-se de vários recursos como o choro e o sorriso (ELKONIN, 1987; TOLSTIJ, 1989). É na relação com outras pessoas que a criança vai assimilando as características de sua cultura e se comportando conforme aquilo que lhe é esperado em função das condições

sociais e da influência educativa das pessoas circundantes (ELKONIN, 1987; TOLSTIJ, 1989).

Com a aquisição da linguagem, a criança passa a ter como atividade principal uma *relação objetual-instrumental*, ou seja, passa a assimilar os procedimentos elaborados socialmente de ação com os objetos. Dizendo de outro modo, o adulto mostra para a criança como ela deve proceder. Assim, ela mantém contato com os adultos e aprende a manipular os objetos, ampliando suas funções psicológicas. Esse processo possibilita o acesso ao mundo simbólico (VIGOTSKI, 1996).

No período pré-escolar, outra atividade passa a ser dominante: *o jogo ou brincadeira*. Ao brincar, a criança reproduz a vida adulta utilizando objetos e, dessa forma, toma consciência deles e das ações humanas realizadas por eles. No brincar, ela pode realizar qualquer ação que um adulto realiza, mesmo aquelas que na realidade ela ainda não possui condições de fazer partindo de sua condição de criança (ELKONIN, 1987).

As crianças ainda percebem a dependência delas em relação aos adultos. A percepção das relações sociais, por parte das crianças, dá-se de duas maneiras: a partir das relações que elas mantêm com seus pais e com as pessoas de seu convívio próximo e a partir das demais relações que ela mantêm com a sociedade. Assim, a entrada na escola é um momento radical, já que a criança será exposta a uma socialização muito mais ampla do que tinha no interior do contexto familiar. Além disso, a criança pode considerar que realmente está realizando atividades importantes na escola, conforme esclarece Vigotski (1996). A entrada da criança na escola, no início do processo de alfabetização, condiciona uma nova atividade dominante – *o estudo*, que possibilita que seu mundo se organize a partir dos compromissos que a vida escolar impõe. A criança passa a assimilar e a se apropriar dos conteúdos sistematizados e construídos historicamente pela humanidade.

Com a chegada da adolescência, uma nova atividade dominante evidencia-se: a *comunicação íntima pessoal*. As alterações corporais e a aquisição de certo conhecimento possibilita ao adolescente assumir uma nova postura perante o adulto, diferente da que ele tinha quando era criança. É nesse período que o indivíduo pode tornar-se crítico diante das exigências impostas, da imagem de si e dos demais (ELKONIN, 1987). A atividade de estudo também continua sendo a atividade principal do adolescente, juntamente com a comunicação íntima pessoal.

Vigotski (1996) salienta que é na adolescência que se desenvolvem os verdadeiros conceitos e ocorre o desenvolvimento máximo das potencialidades dos jovens. Tolstij (1989) afirma que na adolescência o jovem iniciará suas primeiras experiências sexuais com o sexo

oposto e, muitas vezes, essa experiência ocorre de maneira bastante imatura, sendo somente na vida adulta que ele conseguirá vivenciá-la com plenitude. Para Petroviski (1979), com a socialização e a comunicação, o adolescente estabelece opinião sobre o mundo circundante, sobre as relações entre as pessoas e sobre o futuro. É a partir desse comportamento que se processa em grupo por meio da linguagem, novas tarefas e motivos voltados ao futuro. Estabelece-se, então, a atividade dominante, a atividade profissional de estudo, que possibilitará a realização de sua escolha profissional.

O adolescente só se tornará um adulto quando estiver inserido no mundo do trabalho. Nesse período da vida, o *trabalho* torna-se a nova atividade dominante, conforme anunciam Tolstij (1989) e Petroviski (1979). O adulto, por poder trabalhar, ocupa um novo lugar na sociedade e suas relações interpessoais se processam de maneira diferente daquelas da criança e do adolescente. O adulto tem mais experiências e conhecimentos acumulados e já possui habilidades cognitivas que permitem que ele reflita de forma coerente sobre si e sobre o mundo. De acordo com Tolstij (1989), o adulto ocupa ainda hoje, assim como em outros momentos da história, o lugar central da estrutura social e evolutiva da sociedade. Nas palavras desse autor, o adulto “[...] constitui a principal correia de transmissão do mecanismo estatal, social e econômico (TOLSTIJ, 1989, p.191)”. Essa fase também é marcada pela formação de uma nova célula social, a família. Com uma vida profissional estabelecida ou prestes a se estabelecer, o homem, por uma necessidade social, busca outra pessoa para estabelecer um vínculo mais forte e duradouro, a fim de constituir uma união estável denominada socialmente de casamento (TOLSTIJ, 1989). Embora o trabalho seja a atividade principal na vida adulta, ele nem sempre é desenvolvido de forma igualitária em uma sociedade capitalista, conforme veremos no próximo item.

Após a vida adulta, um novo período da vida começa a se delinear. Esse é um período da vida ainda pouco estudado, tomando como referência a Psicologia Histórico-Cultural. Na literatura que consultamos, não encontramos nas obras de Vigotski temas relacionados à velhice. Tolstij (1989), que desenvolve pesquisas nesta perspectiva teórica, tece apenas algumas ideias sobre essa fase de desenvolvimento e coloca que a velhice é uma idade contraditória, uma vez que é o momento em que as últimas perguntas sobre a existência são realizadas.

O autor supracitado também afirma que o número de idosos no mundo vem aumentado de maneira acelerada, tendo em vista as condições de vida do homem na atualidade. No Brasil, conforme vimos na introdução deste artigo, este fato também é constatado. No entanto, os idosos não têm acompanhado essas mudanças e sentem muita

dificuldade de se inserir nesse novo contexto. Esse prolongar dos anos do homem é uma maneira de este expressar o desejo de prolongar sua vida na Terra. De acordo com Tolstij (1989), a duração média de vida do homem no século do bronze não superava os 20 anos; durante toda a Idade Média, não mais que 35 anos; somente a partir do século XIX que o homem, em decorrência das mudanças de suas condições sociais, vem progressivamente vivendo mais.

Além da diminuição da força física, a velhice tem sido caracterizada pelas mudanças na própria perspectiva de vida, inclusive, de acordo com Tolstij (1989), com uma diminuição do interesse pelo mundo exterior e pelo novo. Também de acordo com esse autor, a velhice tem sido marcada pela predominância de diferentes temores em relação à solidão, ao empobrecimento e principalmente à morte. As mudanças físicas interagem com a diminuição do potencial das funções psicológicas superiores e criam uma fisionomia dos idosos que os fazem muito parecidos entre si (TOSTIJ, 1989).

Na atualidade, a imagem da velhice está diretamente associada à aposentadoria, ou seja, à saída do homem do mercado de trabalho em função de sua idade. Enquanto fenômeno social, a aposentadoria modifica consideravelmente a vida do homem uma vez que modifica as relações que o homem estabelece com os demais, sobretudo, porque o homem perde a identidade profissional, que foi construída desde o início da vida adulta (KUNZLER, 2009).

Marcada pela saída do mercado de trabalho, a velhice traz consigo os valores atribuídos pelo meio social, principalmente, a ideia de uma vida economicamente improdutiva. Somado aos valores sociais, existem os valores intrínsecos ao próprio homem que se relacionam diretamente à sua história de vida, às suas relações com a sociedade e ao seu modo de enfrentar perdas e de adaptar-se às novas situações (KUNZLER, 2009). Além disso, a aposentadoria pode influenciar o desempenho cognitivo do homem idoso, já que, em muitos casos, ele vai passar por um empobrecimento de suas redes sociais e de atividades diárias. As redes sociais e as atividades diárias são elementos importantes para a postergação do declínio cognitivo, visto que quanto maior for o engajamento social, maior estimulação intelectual e de atividades físicas, menores são os riscos de o homem ser acometido por qualquer doença (KUNZLER, 2009).

É importante destacar que a aposentadoria nem sempre é assimilada de forma negativa, pois também pode ser entendida como uma possibilidade de o homem reorganizar sua vida. Observa-se que o momento da aposentadoria é envolto por uma série de situações críticas que, interligadas entre si, interferem diretamente na maneira como o homem irá vivenciar a velhice (KUNZLER, 2009). Poderíamos argumentar, com base na teoria

vigotskiana, que o homem se defronta com uma nova crise: a crise de não ser mais um trabalhador. Considerando essa nova relação que se estabelece entre o homem e o mundo do trabalho, discorreremos no próximo item como se dá trabalho na sociedade capitalista.

2. O trabalho em uma sociedade de classes

Para entendermos como se mantém a relação do idoso com o trabalho, faz-se necessário, antes de tudo, analisar como se constitui o trabalho em uma sociedade de classes.

O trabalho é condição essencial para a vida humana, uma condição para que o homem se torne mais livre, mais dono de si próprio. O trabalho é indispensável à existência humana, quaisquer que sejam as formas de sociedade; é uma necessidade de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manutenção da vida do homem (MARX, 1988).

Pelo trabalho, o homem aumenta suas chances de sobrevivência, melhora sua condição de vida e progride. De acordo com Marx (1988, p. 202), o trabalho para o homem é, antes de tudo,

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.

Entre o homem e a natureza ocorre o processo de mediação, que se dá em dois níveis: por meio do instrumento de trabalho que o homem insere entre ele e o objeto e por meio do próprio trabalho que antecede e torna possível a utilização do objeto.

Apesar do papel fundamental do trabalho na vida do homem, Marx (1988) pontua que o trabalho assumiu características diferentes na sociedade capitalista. Ao contrário de tornar o homem livre, o trabalho tornou-se grilhão, posto que, em nossa sociedade, ele se expressa na forma de mercadoria. Portanto, pensar na vida do homem e na atividade trabalho na contemporaneidade é, também, pensar como se processa essa relação no interior de uma sociedade capitalista.

Conforme Marx (1988), a forma como organizamos nossa vida material está diretamente ligada à forma como nos relacionamos com a atividade trabalho. Na sociedade capitalista, o trabalho ganha um novo sentido, uma vez que valores próprios dessa sociedade

lhes são atribuídos, ou seja, no pensamento desse autor, pensar o trabalho neste contexto é analisar o papel da mercadoria dentro desse sistema, é compreender a especificidade do trabalho enquanto mercadoria. Ainda em relação a isso, Marx (1988) pontua que um fator característico da nossa sociedade marca a atividade do trabalho. Esse fator compõe-se da descaracterização da mercadoria como fruto do trabalho humano. Assim, para esse autor, já não se conhece quem produziu; apenas se conhece aquilo que foi produzido.

A fim de elucidar como se dá a relação do homem com o trabalho na sociedade capitalista, Marx (1988) nos esclarece que a utilização da força de trabalho consiste no próprio trabalho. Nessa sociedade, os homens se dividem naqueles que possuem a força de trabalho e naqueles que compram essa força de trabalho. Aos que vendem a força de trabalho cabe, exclusivamente, trabalhar. Esse trabalho reaparece na forma de mercadoria, no qual devem ser empregados valores de uso, ou seja, deve se materializar em algo que sirva para satisfazer necessidades de qualquer natureza.

Na sociedade capitalista, existem aqueles que possuem os meios de produção, que consomem a mercadoria, ou seja, a força de trabalho vendida por outros homens (MARX, 1988). Assim, no processo de trabalho, a ação humana transforma, cria um objeto, com o intuito de atender alguma necessidade. Em outras palavras, no processo de trabalho, a ação humana está subordinada a um determinado fim. Esse processo de trabalho só finaliza quando o produto estiver pronto. A respeito desse produto, Marx (1988, p. 204) pondera que

[...] o produto é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. O trabalho está incorporado ao objeto sobre o qual atuou. Concretizou-se e a matéria está trabalhada. O que se manifestava em movimento, do lado do trabalhador, se revela agora qualidade fixa, na forma de ser, do lado do produto. Ele teceu e o produto é um tecido.

Diante disso, o capitalista se apropria de todos os elementos necessários para o processo de trabalho a fim de produzir um produto, inclusive da mão-de-obra, ou seja, a força de trabalho. Esse processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, de acordo com Marx (1988), possui características peculiares. O trabalhador executa sua função sob o controle do capitalista, que cuida para que o trabalho seja realizado da maneira adequada, sendo aplicados os meios de produção apropriados, sem desperdiçar matéria-prima, gastando apenas aquilo que for necessário para a execução do trabalho.

O produto é propriedade do capitalista e não do trabalhador que o produziu. O trabalhador produziu em troca de um valor diário que corresponde a sua força de trabalho. A força de trabalho dos trabalhadores é consumida pelos capitalistas, posto que os trabalhadores

não possuem os meios necessários para produzir mercadorias, restando apenas a força de trabalho para vender, tal como pontua Marx (1988).

Nesse sentido, “[...] o capitalista contrata a força de trabalho, ou seja, utiliza a capacidade muscular e cerebral dos assalariados, apropria-se, simultaneamente, do produto acabado e da forma como será elaborado e isso faz produzir mais valia”, tal como pontuam Katz, Braga e Coggiola (1995, p. 11). Assim, pode-se dizer que o trabalhador é duplamente expropriado.

Para Marx (1988), toda mercadoria tem seu valor, inclusive o próprio trabalho. O valor da mercadoria representa o custo de produção dela à sociedade, visto que a força de trabalho é a força motriz da produção e possui um custo. Esse custo só pode ser medido pela quantidade de trabalho que foi empregada na confecção de tal mercadoria.

A fim de aumentar o lucro, o capitalista tenta otimizar os custos de produção, aperfeiçoando-a por meio das tecnologias. Essa transformação do processo de produção altera a relação do homem com o trabalho, culminando nas características próprias dessa forma de organização social, ou seja, na divisão do trabalho, na diminuição do tempo para produzir, na hierarquia das funções, na diferenciação dos salários, na redução do custo da mão-de-obra em razão do trabalho parcial, na padronização e no fracionamento do conhecimento, além do aperfeiçoamento das ferramentas que possibilitou os meios materiais para o uso do maquinário, conforme pontua Marx (1988). De certa forma, isso nos faz pensar que o trabalho e o homem, na sociedade capitalista, tornaram-se a própria mercadoria, pois “[...] a máquina adapta-se à fraqueza do homem para fazê-lo máquina” (MARX, 1988, p.204).

Em razão dessas características da relação do trabalho, no capitalismo, o homem passou a não ter mais a percepção da totalidade de seu trabalho, tornando-se alienado, e, portanto, mais suscetível à subjugação capitalista, tal como assevera Marx (1988).

A partir das discussões realizadas acerca da relação que se estabeleceu entre o homem e o trabalho, no próximo item apresentaremos como essa relação é vivenciada por aqueles que envelhecem.

3. Compreendendo a velhice a partir do olhar dos idosos

Considerando a velhice, o objeto de estudo neste artigo, realizou-se uma entrevista com 10 idosos aposentados com o objetivo de identificar as características dessa fase de desenvolvimento humano. Adotaram-se os critérios da Organização Mundial da Saúde para se

definir a amostra, considerando-se idoso todo indivíduo com idade igual ou superior a 60 anos.

Para a seleção dos participantes da pesquisa, realizou-se uma busca junto a um grupo de convivência da terceira idade de uma cidade da região Centro-Sul do Paraná. A amostra selecionada foi retirada dos integrantes que participam desse grupo de convivência, seguindo os critérios estabelecidos na pesquisa. Os sujeitos entrevistados foram designados por E1, E2, e assim sucessivamente. As entrevistas foram pautadas por um rol de 10 perguntas que versavam sobre as seguintes questões: as características da vida adulta e da velhice; o processo de transição entre esses períodos de desenvolvimento; o cotidiano do idoso; a vida profissional; a condição de aposentado.

Durante o processo de coleta das informações, observou-se o quanto a velhice é complexa, sobretudo porque diferentemente das outras fases do ciclo de vida do homem, não existe de fato um elemento que possa delimitar o espaço de transição entre a vida adulta e a velhice, tal como ocorre durante a infância e a adolescência e dessa fase em relação à vida adulta, conforme afirma Tolstij (1989).

O fato de não haver uma clara distinção entre quando começa a velhice e quando termina a vida adulta foi pontuada por 60% dos entrevistados, que de modo geral, não souberam estabelecer nenhum evento preciso para delimitar essas fases de desenvolvimento. Destaca-se a fala de E2: *“Não dá pra saber quando a gente deixa de ser adulto e passa a ser velho”*. Quatro entrevistados – 40% – associaram a entrada na velhice à demarcação cronológica, tal como pontuou E4: *“A gente é idoso depois que chega aos 60 anos”*. Vigotski (1996) afirma que o ciclo de vida do homem não deve ser entendido por meio de demarcações cronológicas, posto que essas demarcações tendem a criar fases naturais e universais marcadas por mudanças exclusivamente biológicas, psicológicas e sociais, sem considerar as condições históricas e concretas, bem como as múltiplas formas de apropriação de tais condições que influenciam cada período de desenvolvimento humano. A maioria dos entrevistados apresentou essa compreensão da passagem da vida adulta para a velhice.

Os idosos entrevistados parecem caracterizar a velhice pelas mudanças biológicas e psicológicas. Oito entrevistados – ou seja, 80% da amostra – colocaram que a velhice pode ser descrita pelo aumento de certas habilidades, tal como disseram E5 – *“o idoso tem mais paciência e tolerância”* – e E7 – *“o idoso tem maior capacidade para refletir sobre a vida, e daí consegue tomar decisões com mais clareza”*. No entanto, a maior mudança relacionada por eles refere-se ao corpo que sofre maior incidência de dores, doenças e enfraquecimento, que dificulta aos indivíduos exercer aquilo que eles já exerciam durante a vida adulta, ou seja,

a atividade trabalho. Pôde-se perceber essa caracterização, sobretudo na fala de E6, que relatou que *“quando se é velho, a gente fica mais doente, sente mais dor no corpo, já não consegue fazer as coisas com a mesma força. Nem consegue trabalhar como antes”*.

O entrevistado E8 parece caracterizar a velhice de maneira similar a E6, pontuando que *“o velho não pode mais trabalhar, já está cansado”*. Pode-se perceber por essas duas falas que a caracterização da velhice vem associada ao impedimento de se continuar a trabalhar da mesma maneira que o adulto, evidenciando-se, assim, que as condições concretas da realidade influenciam diretamente as características físicas e psicológicas do indivíduo que envelhece.

Ao questionar os entrevistados sobre as características da vida adulta, todos os entrevistados pontuaram que essa fase de desenvolvimento é caracterizada pelo trabalho, cuja função, para eles, é a de sobrevivência e manutenção da família. Destacam-se as falas de E8, que afirma que *“o adulto tem que trabalhar para sustentar a família, para conseguir dinheiro para comprar casa e para ter como alimentar todo mundo”*, e de E3, que disse *“quando eu era adulto eu trabalhava, tinha bastante força pra isso, era forte.”* Esses discursos denotam uma compreensão de que o adulto tem maiores condições físicas para exercer alguma atividade com maior eficiência que o idoso, visto que, a vida adulta, segundo discurso dos idosos, caracteriza-se também pelo vigor e maior disposição. Essa relação também foi pontuada por Tolstij (1989) e por Elkonin (1987), que ressaltam que a atividade trabalho é a atividade principal da fase adulta. Em outras palavras, a atividade trabalho na fase adulta é o que vai nortear toda relação do indivíduo com a realidade. Pode-se afirmar, a partir dos discursos dos entrevistados, que o trabalho foi um elemento supervalorizado como uma atividade própria da vida adulta.

Observou-se, também, que 20% dos entrevistados, além das condições físicas, salientaram que as condições financeiras da vida adulta não são melhores, uma vez que os gastos com a manutenção da saúde são mais caros durante a velhice. Destaca-se a fala de E7, que respondeu que *“a gente se aposenta quando é velho. Não precisa mais trabalhar, mas a gente gasta quase tudo comprando remédio e pagando médico, daí a aposentadoria não dá pra nada”*.

Para 30% dos entrevistados, ou seja, três entrevistados, a fase adulta é o momento de maior produtividade, com sentimentos prevalentes de maior utilidade para a família e para a sociedade, conforme pontuou E9: *“quando era adulto era ativa, tinha dois empregos e ainda cuidava da casa, do marido e dos meus filhos, me sentia bem e feliz. Agora que aposentei não faço nada de útil”*. Kunzler (2009) já havia salientando que a saída do mercado de trabalho,

para o idoso, vinha sendo atribuída a uma série de sentimentos, entre eles, o de improdutividade. O que se observou é que o trabalho na vida do idoso ainda está presente, mesmo que de forma indireta, tal como colocou E7: *“Agora eu não faço nada, eu só cuido dos meus netos e planto algumas verduras no quintal”*. Observou-se por esses excertos, um sentimento de improdutividade. Este parece relacionar-se diretamente à ideologia capitalista que apregoa uma maior valoração do trabalho e do capital sobre o homem, tal como assevera Marx (1988) em sua obra *O Capital*.

De acordo com 70% da amostra, mesmo na condição de aposentados, eles preferem continuar realizando algumas atividades, sobretudo para realização e desenvolvimento pessoal. A respeito disso, destacam-se a fala do entrevistado E1, que pontuou: *“é importante continuar trabalhando, mesmo sem ganhar dinheiro, para se realizar com alguma coisa”*. Na mesma linha de raciocínio, afirmou E5: *“eu não vou parar de trabalhar nunca, porque o trabalho me ajuda muito, fico mais disposta, com a memória boa”*. Para três entrevistados, o trabalho é visto como possibilidade de aumentar a renda, tendo em vista que os valores recebidos pela aposentadoria não eram suficientes para manter as condições mínimas de sobrevivência da família, sendo, portanto, necessário trabalhar, conforme colocou E2; *“Hoje eu preciso trabalhar para ajudar com as despesas, só a aposentadoria não dá para pagar tudo que é preciso”*.

Em razão disso, pôde-se perceber que o trabalho parece continuar exercendo a atividade norteadora da vida do idoso, posto que é a partir dela que ele mantém relação com a realidade, a partir das condições que ele vivencia ou para ocupar o tempo ocioso ou, ainda, para conseguir aumentar sua renda, atendendo, assim, a uma exigência do meio externo. Além disso, nas atividades do cotidiano, os idosos entrevistados estão sempre realizando alguma atividade que modifica o seu meio, conforme afirmou E7 ao dizer que cuida dos netos e planta legumes e vegetais.

Outro aspecto que apareceu no discurso de 50% dos entrevistados refere-se à dificuldade de rompimento com o trabalho na sua forma regulamentada, ou seja, o momento de aposentar-se. Observou-se que, ao se aposentar, os idosos relataram vivenciar sentimentos antagônicos, conforme falou E10: *“Foi bom e foi ruim se aposentar. Eu tenho mais tempo livre agora, mas ganho menos e acabo indo trabalhar do mesmo jeito porque aposentadoria não é suficiente”*. E1 também fez a mesma afirmação: *“Eu não gostei de me aposentar porque minha qualidade de vida caiu bastante e eu tenho que fazer um trabalho ou outro pra complementar a renda, mas agora tenho mais tempo para minha família”*. Se, por um lado, eles se sentem satisfeitos por se aposentarem e já não ser mais necessário vivenciar as

implicações do trabalho, sentem, ao mesmo tempo, a insatisfação por ter de buscar novas atividades, mesmo que se constituam ainda em outro trabalho. De certa forma, pode-se pensar na possibilidade de ser esse um momento de crise, tal como postula Vigotski (1996). Essa crise, dadas as condições do capitalismo, refere-se à ruptura da relação do homem com o trabalho. Assim, o homem mantinha uma determinada relação com o mundo do trabalho quando adulto, mas, com o envelhecimento, passa a manter outro tipo de relação, conforme se pode perceber nos discursos de E1 e E10 sobre a vivência deles ao se aposentarem.

Considerações Finais

A partir da discussão apresentada, buscamos evidenciar as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a compreensão da velhice, sobretudo à luz do conceito da atividade dominante. Pôde-se reafirmar que o desenvolvimento humano é alicerçado pelas relações sociais de produção, ou seja, o sistema capitalista acaba por estabelecer critérios para a construção do período de desenvolvimento humano denominado velhice.

Percebeu-se que a transição entre a vida adulta e a velhice não é demarcada cronologicamente, tampouco exclusivamente pelas mudanças físicas, psicológicas e sociais, mas sim pela associação dessas mudanças e pela maneira como o homem vai permeando seu desenvolvimento a partir de suas relações com o processo produtivo.

Por meio das falas dos idosos entrevistados, observou-se que a atividade trabalho parece continuar guiando o desenvolvimento humano durante a velhice, sendo uma das atividades mais importantes. Foi possível observar que a maneira como o idoso se relaciona com o trabalho depende de suas condições materiais, ou seja, o idoso volta-se ao trabalho ora para se ocupar, e, com isso, manter boas condições de saúde física e mental, ora pra aumentar a renda familiar, tendo em vista que os valores pagos pelas aposentadorias não são suficientes ou porque os gastos para manutenção da saúde são mais altos durante a velhice.

Outro aspecto relevante que pôde ser percebido por essa pesquisa refere-se ao momento de aposentar-se. Observou-se que o advento da aposentadoria parece constituir-se, de fato, num momento de crise no desenvolvimento humano, tendo em vista as transformações que ocorrem na maneira como o homem se relaciona com a realidade. É a partir da aposentadoria que o homem precisa se adaptar às novas condições, tais como a flexibilização do tempo livre, a diminuição da renda, a perda do vigor físico e mental.

Considerando que a forma como organizamos nossa vida material está diretamente ligada à maneira como nos relacionamos com o trabalho, pois, conforme pontua Marx (1988),

o homem, ao se aposentar, depara-se com o processo de alienação que faz com que ele se sinta numa suposta inutilidade para a sociedade, já que é próprio do sistema capitalista sobrevalorizar a produção em detrimento do humano. Assim, a velhice é concebida como momento de não produção, posto que os idosos não estão mais no mercado formal de trabalho. Para Santos (1990), a aposentadoria é costumeiramente vivenciada como a perda do próprio sentido da vida, de certa forma, uma morte social. Ao se valorizar apenas aqueles que produzem, deprecia-se o sujeito aposentado.

Por fim, pudemos observar duas situações em relação ao idoso aposentado. De um lado, temos um segmento de idosos que se aposentam com situações econômicas mais favoráveis, sendo esses aposentados considerados um mercado consumidor em potencial, já que podem injetar na economia importâncias financeiras significativas. É possível observar isso pelo aumento considerável de produtos específicos para o consumo dos idosos. Por outro lado, também percebemos que a maioria da população de idosos fica à mercê de minguada remuneração e/ou de escassos benefícios sociais. A situação desses idosos tende a piorar, haja vista que, pelas questões de saúde, muitas vezes, os idosos gastam boa parte da renda para comprar medicamentos. Em razão da questão econômica, e por estarem inseridos numa sociedade de consumo e não terem capital para isso, eles acabam por ser desconsiderados pela lógica capitalista.

Pensamos que, com o prolongamento da vida dos homens, a Psicologia acaba tendo que explicar essa nova fase de desenvolvimento e precisa romper com a lógica capitalista que prima por valorizar aqueles que produzem, que trazem lucro. Cabe aos psicólogos, portanto, não naturalizar, não banalizar os sentimentos dos idosos em relação a essa falta de produtividade que marca o homem na sociedade capitalista. É necessário compreender que neste momento histórico a sociedade precisa buscar alternativas de valorização dessa faixa etária, na qual se refletem as relações de produção, contribuindo para que seja instigado no desenvolvimento de suas funções cognitivas que, nesta fase, conforme propõe Tolstij (1989), muitas vezes acabam sendo prejudicadas.

Referências

- DAVIDOV, Vasili; SHUARE, Martha (Org.) **La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS** (antologia). Moscou: Progreso, 1987.
- ELKONIN, Daniil. Acerca del problema de la periodización del desarrollo psíquico en la edad infantil. In: ILIASOV, Islam Imranovitch; LIAUDIS, Valentina Yakovlevna (Orgs.) **Antologia de la Psicología Pedagógica y de las Edades**. Moscou: Pueblo y Educación, 1986.

- ELKONIN, Daniil. Sobre el problema de la periodización del desarrollo psíquico en la infancia. In: DAVIDOV, Vasili; SHUARE, Martha (Org.) **La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS** (antología). Moscou: Progreso, 1987.
- FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. **Cadernos Cedes**, 2004, v.62, n.24, pp. 64-81.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- KATZ, Claudio; BRAGA, Ruy; COGGIOLA, Osvaldo. **As novas tecnologias – crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: CONEX, 1995.
- KUNZLER, Rosilaine Brasil. **A ressignificação da vida cotidiana a partir da aposentadoria e do envelhecimento**. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil, 2009.
- LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. El desarrollo psíquico del niño en la edad preescolar. In: In: DAVIDOV, Vasili; SHUARE, Martha (Org.) **La psicología evolutiva y pedagógica en la URSS** (antología). Moscou: Progreso, 1987.
- LEONTIEV, Alexei Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Moraes, 1959.
- MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política**. Traduzido por Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- MASCAGNA, Gisele Cristina. **Adolescência: compreensão histórica a partir da escola de vigotski**. Dissertação de Mestrado, Maringá, PR, Brasil, 2009.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (2005). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Recuperado em 13 de novembro de 2010 de http://prosaude.org/publicacoes/diversos/envelhecimento_ativo.pdf.
- PETROVSKI, A. **Psicologia Evolutiva y Pedagógica**. Progreso: Moscú, 1979.
- SANTOS, Maria de Fátima. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EDU, 1990.
- REIS, Clayton Washington. **A atividade principal e a velhice: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural**. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil, 2011.
- TOLSTIJ, A. El hombre y la edad. Progreso: Moscú, 1989.
- TULESKI, Silvana Calvo. **Vygotski: a construção de uma psicologia marxista**. Maringá: EDUEM, 2002.
- VIGOTSKI, Liev Semionovitch. **A transformação socialista do homem**. (1930). Recuperado em 10 de janeiro de 2011 de <http://www.marxists.org/portugues/vygotsky/1930/mes/transformacao.htm>
- VIGOTSKI, Liev Semionovitch. **Obras escogidas IV**. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1996.
- VIGOSKI, Liev Semionovitch. **Obras escogidas III**. Madrid: Centro de Publicaciones del M.E.C. y Visor Distribuciones, 1995.
- VIGOTSKI, Liev Semionovitch; LURIA, Alexander Romanovich. **A história do comportamento: O macaco, o primitivo e a criança** (L. L. de Oliveira, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.